# Os Limites Da Consolidação Da Democracia No Brasil

Paulo Sérgio Pinheiro(1)

Palestra proferida na Escola do Legislativo em 24.10.1994, como parte do programa Pensando em Minas. Sem revisão do autor.

Se fizermos um balanço desses dez anos de democracia depois de 1985, é inevitável que registremos uma certa satisfação diante do que foi realizado no terreno das instituições políticas. Apenas quando temos uma eleição é que nos damos conta da precariedade de tudo. Explico o porquê: as eleições servem de certo modo, como um importante momento de crise, em que as limitações da consolidação da democracia aparecem sem nenhum disfarce. Por vários aspectos do funcionamento do regime autoritário, as eleições no Brasil nunca foram efetivamente interrompidas.

Sempre tivemos, ao contrário de outros países latino-americanos, uma justiça eleitoral razoavelmente implantada, apesar de todas as limitações. Em todos os países vizinhos que tiveram uma experiência autoritária, cada ditadura interrompia toda a prática da legislação eleitoral. No Brasil, exceto em alguns breves momentos (não quero ser maldoso, mas um deles com a colaboração do futuro Vice-Presidente da República, quando ele ajudou a fechar o Congresso, como membro da Constituinte do Planalto, em 1977' - isso é um fato da história), o congresso esteve aberto a maior parte do tempo do regime autoritário, e o corpo eleitoral se ampliou dramaticamente - hoje temos, talvez, o quarto ou quinto maior congresso eleitoral do mundo, com 94 milhões de eleitores. Isso é algo terrivelmente impactante, se fizermos um retorno a cada uma das eleições anteriores.

Se analisarmos essa democracia sob o aspecto dos direitos políticos fundamentais, o Brasil vai receber uma boa nota, como efetivamente recebe. Existe uma medição internacional, de uma instituição chamada Freedom House, que dá notas entre zero e sete para os países, dependendo da vigência dos direitos civis e políticos. A nota do Brasil, embora mude de ano para ano, sempre oscila entre dois e três, o que é bastante razoável, pois nos coloca no contingente médio dos países das Américas: Cuba e Haiti são países que têm zero, ou pelo menos tinham até agora; o Brasil está num segundo contingente médio; e, na última parte, estão os países que têm notas mais altas, segundo os critérios da Freedom House. Aqui, as liberdades civis, ou seja, as liberdades políticas básicas, têm vigência; o sufrágio é universal; alargou-se o contingente dos votantes, abaixando-se de 18 para 16 anos a idade mínima para votar; as mulheres votam, pelo menos desde 1934, sem que se tenha pensado em nenhum retrocesso nesse sentido. O direito de organização partidária é estabelecido em todo o território nacional; o direito de expressão e o direito de reunião recebem boas notas... Pode-se dizer, portanto, numa consideração geral, que esses direitos políticos são reconhecíveis, para nós, fora do período eleitoral.

No que diz respeito aos direitos civis, eu faria uma notinha de rodapé, para não nos desviarmos muito desse debate, dizendo que, entre a última eleição presidencial, de 1989, e a eleição atual, parecia-nos que tínhamos o pleno gozo desses direitos políticos. Os problemas só aparecem quando nos defrontamos com uma eleição em tantos níveis, como foi a eleição de 1994. Aí começam a aparecer as limitações que já deveriam estar claras para nós durante o período que separou uma eleição da outra.

Eu me permitiria falar de três pontos que devem merecer nossa atenção: a questão da transparência, a questão da responsabilização dos eleitos, dos que detêm cargo público e dos funcionários e, em último lugar, o problema da impunidade. Essas três questões se articulam com os obstáculos que parecem mais visíveis no processo de consolidação da democracia. Eu convidaria os presentes a tentarem correlacionar cada um desses três pontos com os aspectos estruturais do corpo eleitoral de cada um dos Estados brasileiros, como, por exemplo, as taxas de analfabetismo. Poderíamos tentar fazer, também, alguma correlação com a presença da corrupção ou do crime organizado em cada um dos Estados. Vamos ver como esses três elementos se combinam.

O primeiro ponto é a questão da transparência. Foi preciso haver as últimas eleições para nos darmos conta da situação de profunda irregularidade que domina o acesso às informações por parte do eleitorado brasileiro, a começar pelo que mais conta, que é, efetivamente, a mídia eletrônica. Para que minhas observações tenham uma razoável objetividade, devo confessar que minha orientação político-eleitoral, que terminou com o final das eleições (até as próximas, não terei outras opções), foi na direção da candidatura do PT, apesar de eu não ter nenhuma vinculação com esse partido. Assim, o que vou dizer poderá conter algum viés dessa opção, mas tentarei ser o mais distanciado possível em relação a esse viés. Basicamente, o que decide a opção dos eleitores é justamente a mídia eletrônica. Para sermos generosos, podemos dizer que não mais de 6 milhões de brasileiros acompanham diariamente a imprensa escrita em todo o País. Basta lembrar que a tiragem de domingo da Folha de São Paulo, que parece ter a maior circulação, chega, às vezes, pico de 800 mil - um número extremamente conservador para um eleitorado de 94 milhões de eleitores. O básico é que a mídia eletrônica, principalmente no que diz respeito às estações de televisão, está controlada por sete grupos Privados, que não vou nomear, pois todos sabem quais são. Esses grupos, durante o período entre eleições, se comportam, honra seja feita, de uma forma fair, de uma forma elegante em relação à sociedade civil brasileira. As denúncias e críticas em relação, por exemplo, às violações dos direitos humanos são muito mais visíveis, pelo menos nos Estados do Sul, do que em várias das democracias vizinhas. E mesmo do Norte, do maravilhoso Norte! As redes de televisão da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Chile não dão tanto espaço para as violações dos direitos humanos e para algum contraditório em relação a elas como no Brasil. Mas isso só ocorre fora do período eleitoral.

Quando há uma eleição presidencial, por exemplo, todo esse funcionamento elegante e cavalheiresco desaparece, porque, como demonstrou a experiência recente, há um visível alinhamento da mídia eletrônica com a candidatura oficial. Não estamos sendo ingênuos a ponto de afirmar que o noticiário da TV seja capaz de determinar o comportamento do espectador. Na questão da violência, por exemplo, ver três assassinatos por dia não vai transformar alguém em homicida. É muito mais a situação do espectador que pode favorecer uma adesão à violência do que a própria exposição da violência. Eu não seria ingênuo em querer afirmar que, no que diz respeito ao debate político e ao debate dos programas, o eleitor, magicamente, se convence pelo que ele vê na televisão. Há mil mediações! As mesmas mediações em relação à violência ocorrem em relação à decisão sobre em quem votar ou a que programa aderir.

A experiência recente, porém, mostra que essa presença do contraditório, da crítica - visível no período pré-eleitoral ou não-eleitoral - se restringe de uma forma dramática no período eleitoral. E nós passamos a ter uma sensibilidade mais aguçada para o que é o dia-a-dia da mídia eletrônica em vários Estados. Esse domínio das redes de TV por sete famílias se dá dentro de condições absolutamente irregulares: a Constituição Federal limita a 10 as concessões de canais para cada grupo. Ora, essas 7 famílias têm mais de 10; têm 13, 14, 17, dependendo da rede, burlam a lei, atribuindo essas concessões aos cônjuges, aos filhos, aos apaniguados, aos paus-mandados, a funcionários, a testas-de-ferro. Esse mapeamento é do domínio público. Conhecemos, em detalhe, essa situação, que se agrava ainda mais com a atribuição do direito de antena aos parlamentares brasileiros. É algo que ainda não me havia indignado muito. Fiquei, claro, um pouco amolado com o fato de serem distribuídas, no final do Governo Sarney, 1.020 concessões de rede de rádio e televisão. Hoje, no Congresso Nacional, pelo menos até a presente legislatura, há 90 parlamentares com redes de rádio e de televisão - as famosas redes repassadoras. Em alguns Estados existe uma situação de quase coincidência entre o monopólio privado e o monopólio político. É um desastre completo. O Jornal do Brasil usa a expressão "coronéis eletrônicos", que eu acho muito divertida. É o caso do Maranhão, é o caso da Bahia, é o caso de Alagoas, onde os grupos da dominação política há muito tempo controlam o acesso à informação. Passei a me escandalizar ao percorrer, nessa eleição, a lista dos nomes dos ex-governadores, dos senadores e ex-senadores, dos deputados e ex-deputados que têm redes repassadoras. O que eles fazem? Eles controlam os noticiários das redes centrais do Sul maravilha... Vou contar só uma história: Tenho uma cunhada que trabalha na Globo. No episódio do impeachment do Presidente Collor, mandaram que ela ligasse para todos os repassadores determinando que levassem ao ar as sessões. Ela, muito distraída, foi ligando e mandando interromper a programação e colocar no ar as sessões do impeachment. E ligou para Maceió. Quem atendeu falou: "Você está maluca? É claro que não vamos interromper programação nenhuma!"

Então, os eleitores de Alagoas não viram as discussões das sessões do impeachment porque a família Collor, muito compreensivelmente, achava que isso não atendia a seus interesses mais objetivos. No período eleitoral, houve situações absolutamente escandalosas: na Bahia, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, que não era mais Governo, não saía do noticiário: "O ex-governador Antônio Carlos Magalhães esteve hoje no bairro tal, conversando com eleitores!" Isso não podia acontecer!
Ele era candidato a senador! Fatos como esse ocorreram em todo o Norte e Nordeste, onde existe essa concentração de detentores de redes. É impressionante! O PFL é o coronelismo eletrônico. E claro que há parlamentares da maior isenção e seriedade no PFL, mas os pefelistas são maioria no conjunto dos que detêm concessões de rede. Não vou dizer nomes, porque me sinto um pouco desconfortável, mas acreditem: há uma concentração enorme de parlamentares do PFL e uma pequena minoria do PMDB com redes de rádio e televisão. É absolutamente inaceitável e escandaloso. Por quê? Porque o Congresso Nacional é o Poder concedente - se não concedente, é o Poder ratificador dessa concessão. Depois da Constituição de 1988, o Congresso Nacional é o Poder capaz de decidir a respeito dessas concessões. A concessão da TV Globo, que é o contencioso mais importante dessas eleições e do futuro Governo, está vencida, e sua renovação será decidida em 1995. Não deve ser por acaso que a TV Globo se dedicou com tanto afinco à presente campanha. Não quero fazer nenhum processo de intenção, mas essa é uma questão objetiva a ser resolvida no ano que vem pelos novos parlamentares eleitos.

Há, portanto, uma situação que é grave, e nós "dormimos no ponto". Quando digo "dormimos no ponto", refiro-me à sociedade civil - que é o lugar de onde podemos falar. Desde a votação do impeachment, a sociedade civil deixou de monitorar essas situações, que ficaram praticamente intocadas até 1994. A Procuradoria-Geral da República, que eu saiba, não teve iniciativa alguma ou, se teve, não alcançou sucesso. Os Ministérios Públicos Estaduais também não tiveram, que eu saiba, iniciativa alguma, no que se refere a fazer valer o texto da Constituição, a fazer valer essa limitação do poder de acesso às redes. Também não foi implantado o Conselho de Comunicação Social, que está previsto na Constituição. O Conselho de Comunicação Social criaria a possibilidade de um certo controle e monitoramento ético dessa situação completamente ilegal das redes de comunicação eletrônica no País.

Ainda que eu não queira deslizar para análises delirantes, é muito atraente tentarmos relacionar esse controle do acesso à mídia eletrônica com a situação dos Estados em que estão os parlamentares que detêm o controle eletrônico sobre a informação. Veremos que esse controle é maior justamente nos Estados em que há o mais alto nível de analfabetismo e onde os indicadores de desenvolvimento humano são os mais baixos. Quer dizer, se percorrermos os Estados, verificando, por exemplo, a relação eleitores/grau de instrução, veremos que o campeão do analfabetismo é justamente o Estado de Alagoas, com 23,22% de eleitores analfabetos. No conjunto do eleitorado brasileiro de hoje, os analfabetos e semi-analfabetos somam, segundo o TSE, 34 milhões; 9 milhões são "analfabetos de carteirinha" e 25 milhões sabem ler e escrever o próprio nome - são tecnicamente analfabetos: sabem ler e escrever, mas não chegaram a concluir o 1° grau. O Estado do Maranhão é o terceiro na escala de analfabetismo; o Estado de Sergipe é o segundo. Se percorrermos a lista dos Estados nos quais há o maior número de analfabetos, veremos que é justamente neles que se verifica o maior controle da mídia eletrônica pelos parlamentares.

Há uma correlação positiva entre dificuldade de acesso à informação por parte dos eleitores e índice de analfabetismo em vários conjuntos do eleitorado. Há, ainda, um terceiro ponto, que se conjuga com os anteriores de forma bastante clara: a questão da responsabilização e da impunidade. É justamente nos Estados onde os índices de desenvolvimento humano são os mais baixos, onde as taxas de analfabetismo são as mais altas, onde o monopólio da mídia eletrônica é o mais estrito, que as instituições políticas da representação stricto sensu funcionam mal. Isso explica a nota baixa dada pela Freedom House ao Brasil, quando a análise recai sobre os organismos que podem garantir a vigência dos direitos políticos e dos direitos civis. Faço uma pequena transição para alguns órgãos, como, por exemplo, a polícia. A polícia é decisiva não só nos momentos eleitorais, mas nos momentos não eleitorais, porque a polícia civil no Brasil é a polícia judiciária e é ainda a que preside a qualquer inquérito, desde os relativos a trombadas de automóvel até os relativos a fraudes. Na metade do Brasil, porém, a maioria esmagadora dos presidentes de inquérito policial são amadores nomeados pelos governadores. No Estado da Bahia, 60% dos delegados não são bacharéis...e foram nomeados pelo governador do Estado. Essa situação se repete na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste e do Norte. Não quero dizer que, nos Estados do Sudeste e do Sul, a situação seja maravilhosa, mas, em vários deles, a carreira policial está implantada; há mecanismos de correção eventual de falhas do processo, ainda que elas sejam inúmeras, e a impunidade não está assegurada. Na maioria dos Estados do Norte e do Nordeste, grassa a impunidade no que diz respeito aos mecanismos do inquérito policial.

É evidente que essas limitações também se espraiam pelo Poder Judiciário: o Brasil dispõe de apenas 6 mil juizes, para uma população de 150 milhões de habitantes, o que é totalmente ridículo. À medida que se caminha para os Estados menos populosos, o número de juizes diminui. No Estado de Alagoas, por exemplo, há um juiz para 44 mil pessoas e, em São Paulo, um para 20 mil pessoas, enquanto a média europeia é de um juiz para 5 mil pessoas. Como se vê, as instituições que não são propriamente da representação têm um funcionamento precário no conjunto do território nacional. E isso ocorre justamente nos locais onde - repito cansativamente - existem dificuldade de acesso à informação, falta de transparência na mídia eletrônica, altas taxas de analfabetismo, baixos índices de desenvolvimento humano. E qual é a jóia da coroa que une todos esses elementos?

E a super-representação política inventada também pela Constituinte do Planalto, integrada pelo Senador Marco Maciel, a qual foi o ovo de Colombo do General Geisel: aumentar a representação dos Estados menos populosos, em detrimento dos Estados de população mediana, como Minas, e mais populosos, como São Paulo. Dessa forma, um eleitor de Roraima vale 20 vezes o eleitor de São Paulo. É um verdadeiro escândalo que os Estados menos populosos tenham direito a oito deputados. O teto mínimo é de oito deputados. Não sei como isso vai ser rompido. Talvez com uma hecatombe, ou um cataclisma no Congresso, ou, então, a partir de uma inspiração súbita dos parlamentares. Há projetos buscando alterar esse quadro de super-representação. Um deles elaborado pelo ex-Governador Franco Montoro e apoiado pela Bancada do PMDB, faz uma correção muito razoável: os Estados menos populosos sofrem alguma coisa, os de população média ficam como estão, e os muito populosos, como São Paulo, ganham um pouquinho além do que já têm.

Enfim, procura-se um certo reequilíbrio em relação à situação presente. A super-representação nunca foi aceita pela sociedade civil. Para nós, abaixo da Bahia, é sempre um pouco complicado lidar com essa situação, mas temos inúmeros aliados em todos os partidos. Por exemplo, falei com a relatora da comissão sobre extermínio de crianças, que é uma deputada do PFL pelo Amapá. Ela se mostrou totalmente crítica acerca desses critérios de representação. Ela acha que tal situação favorece a compra de mandatos por parlamentares desonestos. Não é à toa que o irmão do Deputado Nobel Moura, ligado diretamente ao tráfico, foi eleito.

Há vários representantes do narcotráfico eleitos pelos antigos territórios, na futura legislatura, justamente pela conjugação de todos os elementos a que tenho, aqui, me referido.

Sem deslizar para uma teoria conspiratória, é preciso que, na avaliação da consolidação das instituições políticas stricto sensu, tenhamos esse olhar alargado. É evidente, porém, que o balanço não é só negativo no que diz respeito à responsabilização dos eleitos, dos governantes. Tivemos um avanço extremamente importante com o impeachment do Presidente Collor e com a CPI da corrupção no Congresso. Não devemos ficar tão "deprimidinhos" com o número de deputados cassados, porque na Itália, até hoje, só dois foram condenados.

Existem 1.500 pessoas presas e, até hoje, só um parlamentar recebeu efetivamente uma sentença condenatória, além de uma outra pessoa que não é parlamentar. Mal ou bem, apesar de o Presidente Collor estar livre e "serelepe", houve uma enorme demonstração de transparência no processo de impeachment - com as mobilizações de rua e a qualidade do debate, que se intensificou sensivelmente -, justamente pelo acesso à mídia eletrônica. A CPI da corrupção também teve um efeito de demonstração muito importante em relação à necessidade de se cobrar o monitoramento dos eleitos.

Um balanço em relação à consolidação da democracia no Brasil exige muita sobriedade. E essa sobriedade não decorre, evidentemente, de uma perspectiva de derrotados, porque isso seria totalmente "furado", mas de uma perspectiva de se desejar que essa consolidação avance.

Evidentemente, há uma outra dimensão, que não é a dos direitos políticos, mas a dos direitos civis. Eu englobaria tanto os direitos civis quanto os direitos políticos no conjunto dos direitos humanos. E essa face dos direitos civis e dos direitos humanos é extremamente precária em nossa consolidação democrática.
Justamente em função do alto nível de graves violações de direitos humanos - que certamente pesam na formação da cidadania e da consciência do eleitor - tivemos na Freedom House uma nota não muito boa, nesse contínuo de zero a sete, em que o zero é positivo e o sete, a pior nota. E a sociedade civil e as entidades nem sempre refletem sobre isso. Por que somos contra o linchamento? Porque é um retrocesso em relação ao que o Judiciário significou como quebra da escalada de vingança. Mas somos contra o linchamento porque é preciso que o Judiciário e as outras instituições funcionem de uma forma correia. É preciso que não vejamos essas violações - execuções extralegais por parte das polícias militares, temporadas de caça às crianças e aos adolescentes, violência contra as mulheres, racismo - como compartimentos separados do funcionamento das instituições políticas.

Enquanto os direitos civis não forem fortalecidos no coe diz respeito a essas garantias, que são basicamente as da nossa Carta de direitos - o art. 5° da Constituição -, a expressão da vontade política dos eleitores continuará a ser precária. E esse processo beneficiou os políticos ligados à ditadura. É claro que não estou equalizando livre expressão da vontade popular às eleições dos candidatos do PT. Seria de uma idiotice global. Mas o voto conservador, o de direita, o de centro-direita, o de centro, o de centro-esquerda e o de esquerda, todos deveriam ser votos "informados", decorrentes do exercício de uma cidadania plena. E isso está longe da realidade brasileira. Eu diria que é culpa nossa. É que não ligamos as duas vertentes dos direitos humanos, ou seja, a política e a civil. Ficamos lutando incansavelmente por direitos humanos, e só na hora das eleições nos lembramos dessa inter-relação, ou seja, a precariedade de um elenco de direitos tem, como conseqüência, a precariedade do funcionamento das instituições e dos direitos.

Precisaríamos fazer um esforço para ligar essas duas vertentes. Há uma terceira vertente, que mencionei de passagem ao falar em índice de desenvolvimento humano: a dos direitos sociais e econômicos, os quais estão ligados a todos esses eixos de relações que estou tentando estabelecer. É extremamente precária a afirmação de que a situação do eleitorado pode ser modificada de forma dramática se, por exemplo, a distribuição de renda não for afetada. A democracia funciona bem, mas funciona melhor em países de melhor distribuição de renda. Numa lista com base no índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil fica depois de Botswana, que tem 2 milhões de habitantes. Geralmente, prefiro esquecer Botswana, não por falta de respeito ao país africano, mas porque é uma outra escala em relação a nós. A renda dos 20% mais ricos do Brasil é 36 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres. É muito complicado fazer funcionar plenamente as instituições políticas de direitos civis numa tal iniquidade de distribuição de renda. A revista Veja publicou recentemente uma matéria sobre a dificuldade de se praticar cidadania num país onde o eleitorado se distribui numa pirâmide tão aguda. Enquanto 4% da população tem curso superior, ganha acima de 3 mil reais, mora em casa própria, tem carro, etc., o grande conjunto das classes C, D e E se vê privado daquilo que as classes A e B julgam absolutamente natural.

Tudo o que foi dito até agora se agrava quando analisamos o estágio de respeito aos direitos sociais e econômicos, cujos detalhes não discutirei. A situação é tão iníqua que se torna absurdo não nos lembrarmos, em períodos não eleitorais, da necessidade de monitorar os direitos políticos e as instituições políticas. Acho que esse foi o grande erro desde a votação do impeachment. A sociedade civil deitou em berço esplêndido depois da aprovação do impeachment. É como se toda a sociedade fosse funcionar num movimento diferenciado a partir daquele momento. Descobriu-se que o Presidente era um patife, criminoso de carteirinha, que precisávamos sanear a classe política ... e pronto!

Passo, agora, ao final das minhas considerações.
Qual é a situação que se apresenta neste momento? Alguns jornais disseram que Fernando Henrique Cardoso foi o Presidente que obteve o mais alto percentual de votos válidos - em torno de 44% - da história republicana. Outro dia, o jornalista Jânio de Freitas chamava a atenção para um fato que eu vinculo a todo o problema da expressão dos votos nulos, que tem inquietado tanto os observadores. Fernando Henrique Cardoso está eleito com o voto de pouco mais de 1/3 do eleitorado, ou seja, apenas 36,28% - distante, portanto, da maioria absoluta pretendida pelos constituintes. Mesmo considerando apenas os eleitores que compareceram às urnas, a votação do vencedor não alcança a maioria absoluta. Como disse, fica em 44%. E a abstenção foi enorme: 16 milhões 776 mil 486 eleitores preferiram não votar; pagaram multa, abstiveram-se. Numa situação de voto compulsório, isso é delirante. É um índice bastante alto. Nas grandes democracias, vale dizer, no G7, o Grupo dos Sete, as eleições revelam altos níveis de abstenção. Nas últimas eleições na França, chegou-se ao patamar de 50%, ou seja, metade dos votantes. Nos Estados Unidos, índices de 30, 40, 50% de abstenção nas eleições presidenciais são normais. Os votos brancos e nulos somaram 14 milhões no Brasil. No primeiro turno da eleição de 1989, foram 4 milhões. Considerando-se abstenções e votos brancos e nulos, houve inesperados 31 milhões de eleitores sem preferência indicada. Dos 94 milhões, 31 milhões não decidiram. É preciso indignar-se com isso. É preciso começar a trabalhar desde já, e não esperar a posse do novo Presidente. Entre os eleitores brasileiros, 31 milhões - 33,15% - preferiram não fazer opção alguma. A sociedade se dividiu em três partes equivalentes: 36,28% ficaram com Fernando Henrique; 33,15%, sem voto manifestado, e 30%, com os demais candidatos. É um resultado absolutamente alarmante. Afirmar isso não significa, porém, nenhuma contestação ao vencedor, o que seria absolutamente grotesco e ridículo. Mas as condições da vitória devem funcionar para a sociedade civil e para todos os partidos políticos, inclusive os vencedores, isto é, o PSDB, como um sinal de alarme.

Por que esse desinteresse em escolher seus representantes? Ora, diante de tudo o que afirmei até agora, eu não me surpreendo. Fico alarmado, mas vejo que, diante de todas as particularidades da vigência dos direitos políticos e do estado das instituições políticas no Brasil, o desinteresse é um resultado necessário do estado da nossa consolidação democrática. É claro que podem ser feitas muitas análises comparadas das grandes democracias consolidadas, e acho que elas devem ser feitas. Mas, por enquanto, atribuo esse resultado diretamente a vários dos elementos que apontei ao longo desta exposição. E alarmante, também, constatar que o índice de renovação do Congresso vai ser menor que o da última legislatura, quando foi de 60%. Em relação à atual legislatura, não sabemos ainda. Depois do escândalo grotesco no Rio de Janeiro, não sabemos se a renovação vai ser de 50 ou de 55%.

Um sinalzinho a mais de alarme é o fato de haver um contingente de 30 a 50 parlamentares que vão se beneficiar da imunidade parlamentar para se protegerem da acusação de terem cometido crimes comuns. Ou seja, entre os deputados e senadores que foram eleitos, há um contingente de meliantes. Hoje, no Congresso Nacional, há 54 parlamentares - inclusive um com acusação de homicídio - aguardando licença do Congresso para serem processados. O que podemos fazer para melhorar um pouquinho essa situação? A renovação é baixíssima. Há parlamentares envolvidos com estelionato - isso é bobagem, não é? -, com falsidade ideológica... Há vários mineiros, que deixarei de citar por homenagem ao Estado, assim como há vários paulistas. Todos estamos "bem" representados. Os antigos territórios do Norte estão magnificamente "bem" representados. Assim, além dessa situação de recusa da opção, houve um número significativo de parlamentares reconduzidos que não teriam sido eleitos se houvesse uma maior vigilância por parte da sociedade civil, se as instituições funcionassem de modo mais adequado. Eu não tiraria conclusões apressadas, dizendo, por exemplo, que a própria representação política está em xeque. Ainda nem a experimentamos. É tão óbvio! Se considerarmos as décadas republicanas, só uns 30 anos foram de democracia - e uma democracia, em sua maior parte, extremamente populista. Podemos nos orgulhar do que acontece hoje. Antes, era tudo muito limitado. A sociedade civil era uma piada. Não se falava em direitos humanos. Não havia nenhuma visibilidade. Mal começamos e já ocorreram acidentes, como a morte de Tancredo Neves, e, depois, o processo do Presidente criminoso. Nossa transição foi alargada pelo processo de impeachment. Tenho a maior simpatia pelo Presidente Itamar Franco, mas todos hão de convir que foi um acidente a mais na nossa transição. Não pelos seus defeitos, mas pela própria situação de recomposição, de inesperado, que todo o espectro político teve. E a sociedade teve que se reorientar.

Não comecemos a dizer que a representação política está precária, que deveremos passar a investir em formas de representação direta, reativar a formação dos conselhos ou começar a execrar a forma da democracia representativa. Acho que isso seria ir depressa demais com o andor, ir com muita sede ao pote. É preciso ir mais devagar. Temos de achar as limitações que provocam esse resultado, e não execrar a forma da representação política. É óbvio que outras formas de representação, além da parlamentar, devem sempre ser pensadas. Isso é possível em muitos níveis, como no municipal. No Orçamento, é possível haver participação popular de forma paralela, ou que informe a representação parlamentar. Não vejo por que tenhamos que nos ajoelhar diante da sacralização da representação parlamentar. Devemos tratar a representação parlamentar de forma irreverente, ou seja, não temos que solenizá-la; é preciso que os parlamentares estejam ombro a ombro com as outras possibilidades de representação na sociedade civil. Só assim a representação parlamentar se fortifica. A medida que se isola, ela se empobrece e se enfraquece. Esse enriquecimento é de interesse mútuo. Há um monopólio formal que, na minha opinião, não deve ser debatido, como a questão do recall, do mandato imperativo. Considero as propostas interessantes, mas a questão da representação deve permanecer intocada no que diz respeito ao sistema de representação como está formulado. Está longe, porém, de ser a única forma da expressão política. É por isso que damos sempre com os burros n'água na época eleitoral, porque, nos períodos entre as eleições, esquecemo-nos do funcionamento das instituições políticas, dos direitos políticos, em função dos parlamentares. E vários partidos praticam isso. Há um partido em especial que trata os parlamentares como se fossem pessoas estigmatizadas, não os valoriza suficientemente. Há vários partidos que não sabem articular o peso do eleito com a mobilização da sociedade civil e não percebem, como se fez na Constituinte, a relação entre a prática dos parlamentares no interior dos movimentos sociais e na sociedade civil. Como o resultado da eleição se reflete na estruturação e no funcionamento do Executivo? Toda vez que um presidente é eleito no Brasil, é como se houvéssemos novamente encontrado o bom imperador. Novamente temos o nosso imperador. Então, é necessário fazer o consenso, fazer um governo de união nacional. É a conciliação "a quente": queremos de novo o liberal que vai frear o carro da revolução vendido aos conservadores, representado pelo PT no poder. Felizmente, o nosso amigo Fernando Henrique nos tranqüilizou a todos, dizendo que não vai convidar o PT para o Governo, o que é altamente reconfortante. Isso realmente não faz sentido. Os partidos que foram derrotados foram derrotados e são a leal Oposição. Não nos venham com transformismos. E não há por quê. Que eu saiba, o único período em que se viveu a relação Governo-Oposição no Brasil foi o segundo Governo Vargas. Àquela época, havia, efetivamente, um embate de oposição. Havia uma tribo na oposição e uma no poder. Na maior parte das questões, esses dois grupos não se confundiram.

E como fica a composição do Congresso Nacional? Brincando, eu dizia há pouco - antes de iniciar esta exposição - que, no Brasil, quem ganha sempre faz a maioria. Não há muitos problemas. Só que essa é uma falsa maioria, porque é cortada pela "bancada dos ruralistas", pela "bancada dos exportadores", pela "bancada dos importadores", "bancada dos farmacêuticos". É, pois, uma maioria "para inglês ver". O Presidente e seus ministros precisarão negociar com a minoria. Não haverá, evidentemente, uma aliança orgânica entre o PT , por exemplo, e os partidos no poder. Mas haverá apoios conjunturais, inclusive em se tratando dessa maioria "para inglês ver", que é a maioria que o Presidente Fernando Henrique terá. Ela não será de grande valia no caso de questões cruciais, como por exemplo, da reforma tributária. Com uma bancada de 221 parlamentares, nominalmente, não haverá reforma tributária, porque o PFL, por mais que se tenha modernizado, não se alinhará com as propostas de mudança defendidas pela "voz tributária" do Presidente Fernando Henrique, que é o Dr. Osires Lopes. O PFL não subscreve as teses do Dr. Osires. Quer que 7 milhões e 700 mil brasileiros continuem a pagar imposto, outra esquizofrenia brasileira. Temos 94 milhões de eleitores e 7 milhões e 700 mil contribuintes, dos quais, segundo o próprio Dr. Osires, 260 mil, os mais ricos, não pagam imposto. E se isso não foi modificado ainda, por que será agora? Em nome do mercado, em nome da modernização? Não. Essa maioria será fraturada e, nessa hora, será preciso contar com os derrotados, tanto em relação à maioria nominal quanto a maiorias eventuais transacionadas com a minoria. E o preço será altíssimo. Fernando Henrique só teria uma maioria "confortável" se não houvesse questões cruciais em debate, se não houvesse a reforma política, a reforma do Estado e a questão tributária. A minha bola de cristal, para os cem primeiros dias, mostra um cotidiano extremamente pesado para a condução da coalizão vitoriosa.

Acho que isso gera um interesse maior, porque vai colocar os grupos independentes e a sociedade civil no campo da oposição, o que nem sempre ocorreu, apesar de tentativas do PT e de outros partidos em diversos momentos, tanto no Governo Sarney quanto no Governo Itamar. Houve um Governo com todas as limitações sacramentadas nas urnas e há uma Oposição clara. Acho que isso será benéfico, no que diz respeito a nossas práticas de análise, porque não vamos poder tentar construir uma pretensa objetividade, uma neutralidade. Tudo ficará mais claro.

Acho que o transformismo termina com as eleições. Falei, muitas vezes irritando vários dos meus melhores amigos, do transformismo do Senador Fernando Henrique Cardoso. Transformismo eleitoral, na medida em que ele passa de uma vertente de centro-esquerda para um alinhamento com a direita. Isso tem um nome na Ciência Política: transformismo. Mas passa: eleja foi eleito e pode esquecer isso, porém não totalmente. Não dá para voltar da Rússia e da Hungria com novas idéias, mesmo que não vá convidar o PT. O círculo de giz das suas decisões já está escrito - ou, então, queimarei todas as análises sobre a oligarquia o fisiologismo, o clientelismo, tudo o que disse até agora.

Queimo e, então, uma nova sociedade, a "fênix rediviva" da política brasileira, vai aparecer. Ora, não somos ingênuos a ponto de saber que a redescoberta do imperador pode transformar toda a cena política. Não ocorrerá isso. As correções podem ser feitas. Não diria que sou otimista, mas temos de ser otimistas na ação e pessimistas a longo prazo. Franco Basaglia é quem dizia isto. Temos de ser otimistas na prática, na intervenção imediata, porque há muito a realizar: tudo o que já disse aqui. E, no que diz respeito à própria representação, a fidelidade partidária precisa ser restabelecida. A imunidade parlamentar precisa ser restrita. O homem que agride a mulher, ou vice-versa, não pode deixar de ser processado. O estelionatário tem de ser entregue ao Tribunal. Não podemos admitir que parlamentares sejam protegidos pela imunidade em relação aos crimes comuns. É um escândalo.

Muitos dos meus amigos gostam do voto distrital e do voto distrital misto. Não saí, ainda, no bloco dos que gostam do sistema distrital misto. Há vários projetos do PSDB, bons projetos, a esse respeito, mas há o risco de que o voto distrital - como ocorreu em todas as outras democracias onde foi implantado - venha a cercear a expressão da minoria. Acho que ainda temos de conviver algum tempo com esse voto como está: a representação proporcional. As lições das últimas eleições não nos provocam muita depressão. São lições que nos convidam a usar a crítica, a imaginação e a propor remédios. Há um sem-número de remédios que não foram colocados em prática, mas que precisam ser, antes que assinemos o atestado de óbito da representação parlamentar. Há muitas limitações. Temos de nos beneficiar daquele que os próprios parlamentares, em todas as Assembléias Legislativas e no próprio Congresso Nacional, já foram capazes de fazer: aumentar a transparência, a responsabilização, a luta contra a impunidade em todas as vertentes dos direitos humanos.

Apesar de me incluir entre os que foram derrotados nos projetos que achávamos mais convenientes à democracia, não vejo razão para desespero em relação ao que ocorreu. E vejo, com moderada esperança, o que poderá acontecer nos próximos quatro anos, se levarmos em conta tudo o que disse.

O Senhor é reconhecido internacionalmente por sua participação na discussão sobre a violência e na luta em defesa dos direitos humanos. Como o senhor vê o problema da violência em nível nacional, a questão da segurança, especialmente no caso do Rio de Janeiro, e a aprovação, pelo Congresso, do programa de combate à violência elaborado pela Agenda dos Direitos Humanos, constituída após a Conferência de Viena? O senhor vê alguma perspectiva de ação do Executivo no que diz respeito a essas questões? Quanto à primeira questão, que é, basicamente, a do problema do enfrentamento do crime organizado, estamos deslizando para um erro fatal. Do alto da minha pretensão, estou mandando um artigo para o Presidente Itamar Franco. Na medida em que o Governo civil atribui às Forças Armadas o enfrentamento do crime organizado, caminha-se para o desastre, porque o que falta é uma política de segurança contra o crime organizado. O Senador Romeu Tuma desmantelou a Polícia Federal, que hoje tem 4.200 homens. É uma vergonha. No porto de Santos, existem 2 agentes. Na Ponte da Amizade, entre o Paraguai e o Brasil, de onde flui o grosso do contrabando, existem 33 agentes, em 3 turnos. Os postos da fronteira oeste têm, em média, 2 agentes.

Isso significa que as fronteiras brasileiras estão totalmente liberadas. O contrabando de minérios se faz livremente, o contrabando de armas não está sendo reprimido. As Forças Armadas poderiam estar fazendo isso. Não sei por que não o fazem. O certo é que essa coreografia logística de subir morro não é uma atribuição das Forças Armadas. Isso acontece porque não há vontade política, nem do Governo federal nem dos Governos dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, de enfrentar o crime organizado. Alguns colegas meus, com o todo respeito, discutem a idéia da existência de um Estado paralelo. Não há Estado paralelo algum. Há um Estado - como diria o Senador Fernando Henrique Cardoso -, um Estado associado e independente, que só existe porque é tolerado pelos governos e pelas autoridades. Só isso. A situação patética do Rio de Janeiro é de responsabilidade dos Governos federal e estadual. Essa questão de desarmar quadrilha não é um bicho de sete cabeças. É preciso desenvolver esquemas de inteligência. Saber onde os chefes de quadrilha moram, onde estão. Se são todos tiranos. Rubens César Fernandes diz que há uma nova geração de chefetes de quadrilhas que tiranizam os moradores das favelas. Não são mais aqueles "benfeitores da humanidade", são elementos odiados pela maior parte daquelas populações. Sendo assim, não é difícil localizá-los. Também é possível fazer o controle noturno da movimentação do armamento através de raios infravermelhos. Tudo isso envolve tecnologia que o País domina. As armas não vêm de pára-quedas: elas entram pela baía de Guanabara e sobem o morro. Ninguém controla coisa alguma porque há interesses poderosíssimos em jogo. As quadrilhas continuam naquele espetáculo de faroeste no Rio de Janeiro, com a anuência das autoridades e dos grupos econômicos responsáveis. Onde as quadrilhas guardam o dinheiro? Certamente não o guardam debaixo da cama... O dinheiro está nos bancos. E não há nenhum procedimento, por parte da rede bancária, com relação à lavagem de dinheiro dessas quadrilhas no Rio de Janeiro. A única atitude do Governo é chamar as Forças Armadas. Palhaçada! Palhaçada e incompetência!

Além do mais, vai ser uma chacina. Os civis vão morrer feito moscas. O Governo federal deve ser responsabilizado, nacional e internacionalmente, pelas mortes que provocar. Pode até ser morto algum chefe de quadrilha, mas não vai acontecer nada. Tudo vai continuar, porque o contrabando continua, a lavagem de dinheiro continua e os circuitos de distribuição continuam. Estamos caminhando para o desastre. Espero que o Presidente Itamar Franco tenha o bom senso de não delegar a outros essa decisão.

Quanto à questão da Agenda, honra seja feita: o Governo Itamar Franco e o Ministro Maurício Correia deram um passo à frente; honra seja feita, também, ao Presidente eleito, que fez a primeira reunião no Itamaraty com entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, preparando a Agenda de Viena. Nunca, no Itamaraty, as entidades não governamentais tinham estado numa situação de diálogo tão claro! Desde a Conferência de Viena e a de Direitos Humanos da ONU, em 1993, até o final do ano passado, esse diálogo experimentou um progresso extraordinário. Saiu o conjunto de medidas contra a violência, mas o atual ministro (...), realmente, "sentou em cima", e, até o fim do ano, não vai acontecer mais nada. Haverá, no novo Governo, alguma boa vontade, mas não o mesmo sinal de prioridade e de emergência que uma outra administração daria a esse campo. Certamente, uma sensibilidade para isso deverá haver. Sorte a nossa! Se não houver essa sensibilidade, as entidades e a sociedade civil devem cobrar. Devem continuar cobrando, não devem parar, ainda mais que, provavelmente, teremos alguns amigos nossos perto dessas decisões. Também não tenho grandes depressões a esse respeito. No que diz respeito ao crime organizado, porém, acho que há uma possibilidade séria de desastre, de barbárie. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre a possibilidade de descriminação do uso da droga como meio para se evitar o crime organizado, a exemplo do que se faz na Holanda, onde o viciado busca a droga nas farmácias, com acompanhamento médico e assistência social.

Tenho uma posição muito cautelosa a esse respeito. O atual Conselho de Entorpecentes tem dado alguns passos importantes, como, por exemplo, na questão da distribuição das seringas. Acho que, antes de se chegar a uma descriminação, sobre a qual tenho dúvidas enormes, há medidas muito sóbrias que qualquer administração responsável pode tomar.

Na reforma do Código Penal (faço parte da Comissão de Reforma do Código Penal, na sua parte especial), está-se tentando incorporar muito dessas experiências no tocante ao tratamento dos dependentes, numa perspectiva menos repressiva e mais "educativa e médica" quanto ao consumo da droga.
Mas, efetivamente, antes de termos uma política contra o crime organizado, acharia um delírio descriminar qualquer droga. Especialmente porque, conforme experiências dos meus colegas da Escola Paulista de Medicina, a situação em relação às drogas legais já não é nada boa, sem falar na questão do álcool e do fumo. Não há controle, por parte do Estado, dos remédios e drogas farmacológicas. Seria melhor pensar uma estratégia de conjunto, e não apenas, por exemplo, descriminar a maconha, o que seria um desastre. A questão do crime organizado, cujo enfrentamento demorou a ser visto como necessário, tem de ser posta com emergência, porque é um fator gerador de graves violações dos direitos humanos por parte do Estado, violações estas expressas no alto grau de violência contra as populações mais carentes. Antes da descriminação, é preciso controlar o uso e o contrabando de armas. Outra bandeira importante é o controle do armamento da população, que remete às licenças de porte de armas. Sou um pouco cético em relação à descriminação do uso das drogas e não defendo essa medida como ponto básico da nossa agenda. Lembro, porém, que não tenho autoridade nessa área.

Gostaria que o senhor tecesse alguns comentários sobre o porquê da não-implantação do voto distrital. Vou até fazer propaganda de um livro que acabei de receber e vinha lendo. O seu autor é totalmente contra o voto distrital, mas é um espírito extremamente honesto.

É o livro de Sérgio Sérvulo da Cunha, editado por Sérgio Antônio Fabris. Os juristas devem conhecê-lo. Falarei sobre esse assunto muito rapidamente, porque também não tenho grande competência nessa área. Tenho certo entusiasmo pelo voto distrital, no que se refere à definição das circunscrições e de tudo aquilo que é do senso comum. Por exemplo: é um delírio um candidato precisar de 200 mil votos para se eleger deputado estadual em São Paulo, quando em Roraima essa média é de 18 mil. Um candidato a deputado estadual, mesmo em São Paulo, sem circunscrições precisas, tem um gasto exorbitante. Não sei como é em Minas Gerais, mas os deputados eleitos são identificados por circunscrições espaciais ou temáticas. Afinal, a circunscrição funciona.

Não sei como isso funcionaria nos territórios dos coronéis eletrônicos. Seria muito complicado implantar o voto distrital mantendo-se a obrigatoriedade do voto.
Também hesitaria em acabar com o voto obrigatório, não sei se isso fortalece a democracia. No Brasil, é necessário tomar posição frente às oligarquias e ao clientelismo. Ao contrário do que o Senador Fernando Henrique Cardoso disse, num artigo da Folha de São Paulo e nas últimas páginas do livro de seu programa publicado, as oligarquias não estão quebradas. Em Minas Gerais, em São Paulo e nos Estados do Sul, quem sabe, talvez o voto distrital funcionasse nessa perspectiva da relação do representante com os representados. Não sei, porém, como isso funcionaria nos sistemas de oligarquia, de clientelismo. Tenho sérias dúvidas. O que mais preocupa - e para isso fui alertado por muitos dos que criticam o voto distrital, é a situação dos partidos minoritários.

Acredito que poderíamos conjugar o teto de expressão de voto percentual mínimo de 5% para se ter representação com o sistema proporcional. Seria temerário implantar o voto distrital sem ser misto. O maior problema é a incapacidade de as minorias serem representadas no parlamento, como ocorre na Inglaterra e na Alemanha. Se isso é a regra na Inglaterra e na Alemanha, imagine o que seria no nosso sistema político, com todas as limitações já mencionadas. Precisamos debater o assunto intensamente. Não me sinto convencido. Acho que há formas de valorizar a representação proporcional antes de passarmos ao sistema distrital misto. Minha posição é extremamente cautelosa, assim como quanto à descriminação da droga.
Sabemos que existem algumas instituições, digamos, muito sensíveis à sociedade civil brasileira, como, por exemplo, a Procuradoria-Geral da República, e outras extremamente resistentes, como, por exemplo, a Secretaria de Segurança. O senhor não acha que já é o momento, independentemente da questão da representação, de conferir-se à sociedade civil uma participação maior nas decisões institucionais, especialmente em assuntos cruciais para a democracia brasileira, como são os que dizem respeito à defesa dos direitos humanos e dos direitos políticos ?

Concordo com você. Acho que não devemos esperar mudanças muito extraordinárias no que diz respeito à representação. Mas gostaria de mencionar a questão, que já temos debatido, da oportunidade que a sociedade civil perdeu ao não ter sabido usar a força do impeachment e da operação "mãos limpas", que, afinal, não houve. E a culpa é das entidades da sociedade civil. Por exemplo: todas as entidades propuseram a formação de um conselho de ética durante o processo eleitoral, mas esse conselho acabou não sendo formado. Foi um erro crasso não se ter atacado diretamente a situação do monopólio virtual da mídia eletrônica, depois de tudo o que ocorreu na eleição do Presidente Collor...
Pensamos que a Rede Globo fosse se comportar de uma maneira fair-play. Como se dissesse: "Não, não. Nós aprendemos, ajudamos a eleger um escroque. Agora, na próxima, nós vamos nos comportar de uma forma polida, educada e respeitosa com a lei". E o que se viu? a Rede Globo se comportou da mesma forma como se comportara na eleição passada.

Não queria ser tão enfático com relação à Rede Globo, mas sim em relação ao comportamento da mídia em geral, que se fechou inteiramente no apoio das candidaturas. Acho que devíamos fundar também um observatório parlamentar, como o "poder cidadão" da Argentina. Eles hoje estão divulgando toda a ficha cível-criminal e até o endereço residencial dos parlamentares eleitos. É uma coisa fantástica, com todo respeito aos parlamentares aqui presentes. É extraordinário saber por exemplo onde morou um parlamentar no início de seu mandato, e onde ele passou a morar após 30 anos de mandato por exemplo. Saber o que ele consome o em qual escola seus filhos estudam. Hoje, o "poder cidadão" é absolutamente transparente em relação a cada um dos parlamentares. Não só em relação á sua declaração de bens, mas a maneira como vivem.

Há uma estorinha muito boa que envolve o presidente Charles De Gaulle e o escritor André Malraux. Nos anos 50, Malraux, que só viajava de avião e freqüentava restaurantes caríssimos, disse a DeGaulle: "Você mora em Colombé, que é longe de Paris, e vem de automóvel? Porque você não pega helicóptero ou um avião"? Ao que DeGaulle respondeu: " Você acha que eu vou fazer um gasto que não possa pagar?" Mauraux insistiu: " Mas tem tanta gente, seus amigos, disposta a pagar..." E DeGaulle: "Ninguém ousaria a me fazer uma oferta dessas."

No Brasil a facilidade com que se aceitam caronas em jatos de empreiteiras é uma coisa absurda. Como se jatinhos e fazendas e fins de semana fossem inocentes... Temos de ficar vigilantes. Qual é o jatinho que o candidato usa? Onde ele passa o fim de semana? A quem ele convida? Que casas ele freqüenta? Cabe a nós essa vigilância, porque o Congresso não vai se preocupar com isso. Se deixarmos a população totalmente desenformada em relação a essa transparência - essa é a palavra, transparência -, não há chance de controle. Norberto Bobbio (como membro do Panteon teórico) diz: "As coisas da democracia se fazem às claras". O que é coisa pública? Você não pode passar um fim de semana na casa de um latifundiário, produtor de laranja. Não pode ir pescar num barco do produtor de laranja. Nos Estados Unidos, isso dá escândalo. Os eleitos no Brasil, porém, fazem isso com grande comodidade, como se não houvesse nenhum problema. Há problema sim. Temos de dizer isso claramente: parlamentares aceitam convites para fins de semana ou oferta de transporte em jatinhos. Mas não questionamos nada disso. Depois queremos que o eleitor não reconduza 80% dos membros do Congresso Nacional. E estou falando das coisas mais softs, mais simples; não estou falando dos lobbies mais pesados, das empreiteiras, dos narcotraficantes.

Se não começarmos a agir em relação ao soft, quando houver o hard, estaremos completamente desamparados.
E preciso inventar. A transmissão dos debates pela TV poderia ser um exemplo. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, levantaram-se as mesmas objeções feitas aqui. "Ah! Vão aparecer as deficiências do parlamento. Ah! Os parlamentares não são artistas, alguns não sabem falar". São objeções ridículas, porque, na verdade, isso vai permitir também aos parlamentares que se aprimorem, que preparem melhor os seus discursos, que sejam mais claros em suas intervenções. Na Inglaterra, o pinga fogo da Câmara dos Comuns é um delírio, porque os ministros vão lá, são vaiados, são xingados, e têm de responder na hora.

Até a Ministra Thatcher, John Major... Eles têm de responder com ironia, com imaginação, mesmo sendo conservadores. É ótimo que isso seja transmitido. A solução americana é meio monótona, pois só aparece quem está discursando. Mas isso não importa. Existe uma cadeia americana chamado C-Span, que só transmite o Congresso, incluindo as audiências das comissões, das comissões de inquérito. São aulas de democracia, como foram, aqui, as transmissões das audiências do impeachment. No Brasil, isso acabou. Quando é que vai acontecer de novo? Tem de haver a transmissão dos debates de comissões do Congresso Nacional e das Assembléias. Essa idéia de consolidar um canal de televisão legislativo é maravilhosa. Minas novamente estará à frente, não só com a Escola do Legislativo, mas também com um canal de televisão. Na minha opinião, o melhor é atacarmos "o mingau pelas bordas". Não dá para ficar inventando muita coisa para a representação parlamentar. Mas a palavra de ordem são as novas parcerias. Quem são os nossos melhores aliados, hoje, no Governo federal? São a Procuradoria-Geral da República e o Ministério das Relações Exteriores. Tenho tido contato com várias embaixadas e vi que lá são feitos vários empreendimentos, que as pessoas falam a nossa linguagem. O Chefe da Divisão das Nações Unidas, fala como nós, não pensa coisas diferentes. Cada Estado hoje tem um Procurador da República, e todos são nossos aliados. Portanto, penso que, além de criarmos algo, temos que observar mais. E o observador parlamentar tem de exigir que se aumente a visibilidade dos debates parlamentares e a transparência em relação à vida particular dos nossos parlamentares em todos os níveis. Temos de fazer parcerias inesperadas com outros aliados, em todos os níveis do Estado.

Um exemplo, para terminar: hoje, nós, no Núcleo de Estudos da Violência, estamos coordenando uma cadeira de Direito Humanitário, que é uma maneira de falar dos direitos humanos, tratando do direito da guerra, para a polícia militar. 650 jovens tenentes estão tendo 16 horas semanais de Direito Humanitário. É claro que eles não vão se tornar cidadãos e funcionários exemplares, automaticamente, mas é melhor que eles venham tendo essas aulas do que nada. Somos tímidos quando se trata de unir nossas agendas. Ficam os representantes dos centros de direitos humanos tratando das graves violações nessa área e, na época das eleições, se participam de algum partido, começam a se angustiar com todos os defeitos do funcionamento do sistema político. Mas as questões não se unem. Acho que precisamos aumentar as parcerias, unir as temáticas, para não sermos surpreendidos.

O senhor fez alusão ao movimento, que chamou de conselho, o Movimento pela Ética na Política, o qual, apesar de não ter tido a adesão dos outros setores da sociedade civil, foi desenvolvido pela Federação Nacional do Jornalistas, junto com os sindicatos, e resultou em cinco representações aqui em Minas, outras cinco no Estado da Bahia e mais quatro em Alagoas. Infelizmente, essas representações caíram no Ministério Público Federal e pararam lá. Todas elas eram contra alguns coronéis dos canais eletrônicos. O senhor falou também sobre a Rede Globo, sobre a questão da equanimidade no tratamento de candidatos. A Rede Globo, nessas últimas eleições, ao invés de apoiar publicamente um candidato, como havia feito com Collor de Mello, usou do artifício da sutileza. Isto é, mais falou sobre o Plano Real, fazendo uma conexão da sua viabilidade com o candidato do PSDB, o que realmente deu espaço para o candidato, como fizera com Fernando Collor. Gostaria que aprofundasse um pouco esse assunto.

É claro que eu deveria reconhecer que a FENAJ e outros sindicatos de jornalistas tomaram iniciativas. Mas gostaria que o conselho tivesse, afinal, sido constituído.
Houve um embrião, mas jamais alcançou, antes da campanha, o dinamismo que permitiria intervenções mais decisivas no processo eleitoral. Reconheço que houve o esforço da apresentação das representações...

Quanto às redes de comunicação, não vi uma mudança de qualidade no seu comportamento, para não falar só da TV Globo - o que é difícil, já que a Rede Globo atinge 70% dos domicílios. O Real foi personalizado, o espaço, metrificado; a exposição do candidato governista nos noticiários foi muito superior à dos demais.
Outro aspecto importante foram as condições de exposição dos candidatos. Os outros candidatos foram sempre expostos numa ótica negativa, e o candidato governista, numa ótica positiva. E isso sem nenhum monitoramento, pois não havia órgão para monitorar. Nós ficamos desesperados e tentamos constituir, à última hora, conselhos, comitês pela transparência. Mas não conseguimos. Não há um conselho capaz de monitorar essas práticas. Certamente, não vou confundir Collor com o Senador Fernando Henrique Cardoso; os dois têm qualidades totalmente diversas. Mas insisto em afirmar que foi absolutamente irregular o funcionamento das concessões públicas de comunicação, em sua intervenção durante as últimas fases da campanha. Não vi melhoria alguma da qualidade democrática em relação a isso. Pode parecer choradeira de derrotados, mas, objetivamente, e com base em várias pesquisas, temos indicadores suficientes para demonstrar que o conjunto dos detentores de concessões de televisão operou em favor da candidatura oficial. Vou citar alguns nomes, entre os que produzem os programas e os repassadores: o ex-Presidente José Sarney; a família Collor de Mello; o Ministro Aluísio Alves; o ex-Ministro José Eduardo de Andrade Vieira; o Dr. Antônio Carlos Magalhães; o Presidente da Câmara Inocêncio de Oliveira, o Dr. João Alves Filho, do PFL; o Dr. Carlos Santos, do PP; o Dr. Cícero Lucena; o Dr. Geraldo Bulhões, do PSC; o Dr. José Ribamar, do PFL do Maranhão; o ex-Governador Orestes Quércia (o único que tinha algum acesso à mídia);o Dr. José Agripino Maia, do PFL; o Dr. Jáder Barbalho, do PMDB; o Dr. Edson Lobão, do PFL do Maranhão; o Senador Albano Franco; o Senador Odacir Soares (da tropa de choque de Fernando Collor, mas que continuou intocado com sua TV Porto Velho, filiada à TV Bandeirantes, em Roraima, e com as rádios Caçoai, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Mediei, Rolimã e Ouro Preto do Oeste); o Júlio Campos (esse "extraordinário" parlamentar, que está propondo um salário de 12 mil reais para os senadores, tem a concessão da TV Rondon, filiada à Bandeirantes); o Senador Hugo Napoleão, o Senador Mansueto de Lavor, exceçãozinha do PMDB, com o Senador Gilberto Miranda Batista. E o que acontece?

É como diz um colega do Sul, que, apesar de ser do PSDB, tomou uma posição extremamente crítica em relação a isso: "Os que não têm as redes têm medo dos que têm, porque eles são cadáveres eletrônicos". Os que não têm acesso à TV Globo sofrem, porque quem não aparece na TV Globo não existe. Eu me lembro do nosso amigo Severo Gomes, que era proibido de aparecer na TV Globo. Ele estava sempre envolvido em causas não partidárias, diretamente relacionadas com a cidadania, e, na TV Globo, era um ectoplasma. Jamais aparecia. Até que um dia, depois de algum acerto e conversa, começou a ser mencionado. Para os deputados e senadores, não aparecer na TV Globo é a morte política. É razoável tolerar isso? Não. É preciso haver um observador que monitore as menções aos parlamentares na mídia eletrônica. É fácil fazer isso, saber quem aparece e quem não aparece. Se alguém não aparece nunca e é atuante, deve estar havendo algum problema. E nós, a sociedade civil, não podemos ficar mudos a esse respeito.

Professor, eu queria saber a sua opinião com relação aos institutos de pesquisa e sua influência no processo eleitoral. Vou dar uma resposta moderada. Houve alguns deslizes na divulgação dos questionários qualitativos sobre os candidatos Lula e Fernando Henrique. Exemplo disso é a informação de que um era formado pela Sorbonne, e de que o outro era um ignorante. Mas o problema maior não está nos procedimentos metodológicos abertos a todos os candidatos. Está, sobretudo, na divulgação e na manipulação dos resultados pela mídia eletrônica. A questão é saber se é legítimo divulgar resultados na véspera da eleição. Não sei. Eu acho ótimo. Acontece que o tratamento dado pela mídia escrita e eletrônica aos resultados das pesquisas foi totalmente delirante. E aí, também, acho que deveria haver um organismo de monitoramento. A questão não é discutir a competência ou honestidade dos pesquisadores da Datafolha, do Ibope, do Gailup. Esses institutos estão no mercado; não são picaretas. Mas não sei, por exemplo, se os institutos de pesquisa poderiam ser alugados pelos candidatos majoritários. Eu me sinto um pouco incomodado ao imaginar que os presidenciáveis pudessem contratar esse serviço. Deveria haver uma legislação precisa a esse respeito. Até porque fica muito esquisito o Ibope ou o Vox Populi assinarem um contrato com um dos candidatos e depois saírem divulgando análises sobre o comportamento do eleitor.

Alguns mecanismos de controle são necessários: menos sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa e mais sobre a contratação e a divulgação de resultados. Quanto aos resultados em si, o que se pode dizer é que, às vezes, as pesquisas erram, mesmo com um procedimento bem controlado. A única maneira de evitar equívocos é a transparência dos procedimentos e o controle. É preciso saber se os institutos estão pondo em prática os procedimentos que dizem ter usado. A falta de previsão da abstenção, por exemplo, - não sei exatamente o que aconteceu em Minas -é um erro possível, não necessariamente uma manipulação criminosa ou delituosa das pesquisas. Por isso, considero que a única maneira de se consertar isso está na lei eleitoral, a que todos os candidatos têm direito de acesso. Mas os candidatos nem sempre têm equipes capazes de monitorar, de forma precisa, esses procedimentos, como no caso da amostra. Acompanhar de que forma a escolha está sendo posta em prática é um trabalho delirante. Seriam necessários fiscais e, para isso, teríamos que observar as condições de contratação. É preciso inibir a possibilidade de manipulação pelos próprios eleitos. Se deixarmos de lado esses institutos de pesquisa, a venda de seus produtos e a contratação de seus serviços, vamos novamente estar chorando pitangas, aqui, no dia 24 de outubro de 1998. O senhor disse que a sociedade civil deveria organizar-se. Mas como é que ela vai fazer isso antes de conseguir os meios?

Você tem toda razão. Faltam os meios, mas podemos, de certa maneira, compensar isso recorrendo às alianças inesperadas a que já me referi e a novas parcerias. A parceria com a Procuradoria-Geral da República, por exemplo, pode nos permitir vários tipos de ações que, muitas vezes, os movimentos da sociedade civil não têm condições de deflagrar. O mesmo se diga em relação ao Ministério Público local. Em São Paulo, há um movimento do Ministério Público Democrático e uma ação de juristas democráticos, ambos muito abertos a essas temáticas. Também temos promotores públicos abertos a essas temáticas novas de controle da mídia, da honestidade ou da corrupção parlamentar, dos institutos de pesquisa, etc. Isso pode ser fortalecido. Se os meios são precários para o que os movimentos já fazem, imaginem para essas tarefas de que estamos falando. A sociedade civil não deve assumir o ônus todo para ela, mas fazer com que as instituições democráticas funcionem também. É preciso que o Ministério Público faça suas ações, que o Judiciário seja cobrado, que a Procuradoria-Geral da República também cumpra o seu papel. E há sempre associações mais poderosas, como a FENAJ, a OAB, a ABI, a CNBB, que têm de assumir o seu papel. Todas essas entidades foram lentas em relação ao problema do controle. Fez-se muito movimento pela ética na política, que não se traduziu em ações ágeis e poderosas durante o processo eleitoral. O resultado é que ficamos debatendo no vazio. Mas espero que aprendamos com isso. Não no sentido de fazer com que o candidato do PT ganhe. A questão é não deixar que os vícios da atual eleição se repitam. Que ganhe o candidato do PSDB novamente. Não há problema. Mas não se pode ganhar como nas eleições de 89 e 94. Não é possível que na eleição de 1998 estejamos de novo criticando a TV Globo. É preciso que aprendamos as lições, tanto no que se refere à democracia, quanto no que diz respeito às instituições. Não somente com relação às instituições formais, mas também com relação às parcerias novas. Entre os próprios eleitos, há vários parlamentares interessados nisso, de todos os partidos: do PT, do PSDB, do PMDB e dos outros partidos. Até o PFL tem parlamentares honestos, interessados na transparência. Deve haver um movimento supra-partidário para que, na hora do embate eleitoral, haja algum processo. Mas concordo que o controle não seja uma tarefa fácil e sem problemas. Algo que nos será cobrado é o fato de que já é a segunda eleição presidencial em que ficamos criticando a falta de controle sobre a mídia eletrônica, sobre os institutos de pesquisa ou sobre o poder econômico.

Professor, o senhor fala muito sobre a necessidade de um controle da sociedade civil sobre a vida do parlamentar. Não vou falar sobre o controle da atividade individual, mas sim sobre a institucional, que é exercida pelo deputado enquanto membro do Poder Legislativo. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem desenvolvido algumas experiências, entre as quais se destacam as audiências públicas regionais, em que se busca uma definição democrática do conteúdo do orçamento do Estado, e os seminários e fóruns legislativos, nos quais entidades representativas da sociedade ou de órgãos públicos participam de discussões que resultarão em textos de projetos de lei relacionados com políticas públicas específicas. Isso aconteceu com a política agrícola, a de habitação, a de saneamento e com várias áreas de atuação do poder público. São iniciativas que, além do propósito da participação em si, têm como objetivo abrir espaço de educação para a cidadania. O senhor consegue ver alguma possibilidade de eficácia nessas iniciativas que existem paralelamente à atuação individual de cada parlamentar, sobre a qual a própria instituição não tem controle? O parlamento, como propulsor dessas iniciativas, teria, hoje, um papel de superar limites para a consolidação da democracia?

Imaginem se o parlamento, que é gerado por esse sistema de representação política, ficasse só à espera de que a sociedade civil tomasse as iniciativas para enriquecer sua prática. Essa iniciativa das audiências é entusiasmante, e a sofisticação da preparação dos textos é um caminho estupendo. Na própria experiência da Escola do Legislativo ou na proposta da televisão, há o aprimoramento do assessoramento legislativo. Comentávamos que o Senado brasileiro é um desastre, que todo senador tem, em média, 59 funcionários - esse é um valor per capita, dividindo-se os 81 senadores pelo número de funcionários. Na sua maioria, esses funcionários são totalmente incapazes, não sabem consultar uma biblioteca, não sabem redigir coisa alguma. São, na sua maior parte, parentes, "paus-mandados", apaniguados, cabos eleitorais que, depois de nomeados, se eternizam. É lamentável! Eu achava divertido ver, todas as vezes em que ia ao Senado com Eduardo Suplicy ou Severo Gomes, a quantidade de contínuos sentados em mesinhas nos corredores. E constrangedor. E todos se levantam quando um senador passa. São funcionários do Congresso. Há até uma piada que diz que, se todos fossem ao Congresso, não haveria espaço para trabalharem. Na verdade, os senadores têm uma mão-de-obra muito limitada. Uma equipe de trabalho de um senador americano parece uma equipe de pesquisa. Quer dizer, o senador funciona com um grupo de assessores, que trabalham em seus projetos, de acordo com sua área de atuação, e existe uma interlocução com a sociedade civil - não só com os eleitores, mas com a sociedade civil como um todo. Acho que deve existir essa cobrança em relação à atividade do parlamentar - se ele vem ao Plenário, se falta à sessão, se não comparece às comissões -, mas é aos parlamentares mais conscientes que cabe fortalecer essas iniciativas. Não cabe somente a nós fazer cobranças. É um movimento de encontro, e o Parlamento, também, tem que usar a imaginação para se fortalecer. Tudo isso fortalece a sua própria posição.

Grande parte da abstenção havida na última eleição foi, porém, resultado do formato da cédula. É um desafio à inteligência votar com essa cédula estúpida elaborada pelo Tribunal, com todo respeito ao Ministro Pertence. É um convite ao desastre. E o erro deve ser atribuído à incompetência da Justiça Eleitoral e aos parlamentares, que aprovaram a cédula da maneira como foi feita. A própria decisão da eleição casada é algo que se deve discutir. Num país de vocação imperial, não sei se a eleição casada com a escolha do Presidente da República é uma forma de valorizar o parlamento. Até ontem, o PSDB era parlamentarista, mas parece que o Presidente eleito, Fernando Henrique, esqueceu-se disso e nunca mais vai falar sobre o assunto, porque, implantar o parlamentarismo no Brasil, só um suicida o faria. Num país com vocação imperial, presidencialista, como o Brasil, fazer uma eleição casada para um Congresso com tantos problemas, como é o nosso, é uma tática suicida.

Isso sem falar da não-informatização, pois o Brasil é a 11ª, 10ª ou 9ª economia industrial e está fazendo eleição "a bico de pena", como se ainda estivéssemos na Primeira República. É um desastre não termos a informatização do próprio processo eleitoral, mas só da contagem. E preciso cobrar tudo isso. Se ficarmos esperando para fazer em 1998, vai-se repetir tudo e com uma gravidade maior, porque o eleitorado será muito maior. Todos esses problemas estarão aumentados, e a possibilidade de uma participação efetivamente democrática será muito precária.

Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, 3(3):7-42, jan/jun.1995.